

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.500.194 - RS (2019/0136199-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : CARLOS ROBERTO MARTELLO (PRESO)**  
**ADVOGADO : LUCAS STROMM DOS SANTOS - RS095785**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por CARLOS ROBERTO MARTELLO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim ementado:

REVISÃO CRIMINAL HOMICÍDIO TENTADO QUALIFICADO  
ALEGAÇÃO DE NULIDADE POR INSUFICIÊNCIA DA DEFESA  
AUSÊNCIA DE RECURSO CONTRA DECISÃO DE PRONÚNCIA  
TESTEMUNHAS NÃO ARROLADAS PARA OITIVA EM PLENÁRIO  
PLENITUDE DA DEFESA VOLUNTARIEDADE DOS RECURSOS  
REVISÃO CRIMINAL CONHECIDA E JULGADA IMPROCEDENTE  
UNÂNIME

É o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso, na espécie, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que não cumpridos os requisitos legais dos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Nesse sentido, os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.339.575/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no REsp 1.763.014/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no REsp 1.696.707/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 12/3/2018; e AgRg no REsp 1.683.470/AP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 31/10/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

